ME SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Número 07397/86

POLITICA GOVERNAMENTAL/ENSINO POLITECNICO/ ORGANIZAÇAO ESTUDANTIL

ESTUDANTES DO INSTITUTO DE ENGENHARIA MANTÊM-SE EM GREVE

«ARRISCAMO-NOS A PERDER O SEMESTRE, MAS NÃO NOS ARRISCAMOS A PERDER O FUTURO»

Francisco Dionísio

OS estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa decidiram, em assembleia geral, manter-se em greve «até à satisfação das nossas reivindicações»: acesso aos institutos de Engenharia igual ao exigido para o ingresso nos estabelecimentos de ensino superior. Por outras palavras: não aceitam a integração no politécnico. Por essa razão, estão em greve há vinte e seis dias e reivindicam a demissão de João de Deus Pinheiro.

A greve foi desencadeada na sequência da publicação de uma portaria (173/86) que altera as condições de acesso aos institutos de Engenharia de Lisboa, Coimbra e Porto. Perante o desacordo dos estudantes, o ministro da Educação prometeu promulgar uma adenda à portaria que «vinha satisfazer as nossas reivindicações». «A adenda foi publicada, mas,— diz Elísio Pinto, presidente da Associação de Estudantes — além de não satisfazer as nossas reivindicações, vem agravar a situação.» Na verdade, a adenda confirma a alteração do regime de acesso aos institutos e «abre a possibilidade de outras escolas superiores (Arquitectura, Letras) virem a ser rotuladas de estabelecimentos de ensino de primeira e de segunda».

«Tudo isto é ilegal»

A Lei 29/80, aprovada pela Assembleia da República por unanimidade, retirou os institutos de Engenharia do ensino politécnico. Agora,— considera Elísio Pinto, — «ultrapassando a lei, o ministro da Educação permite que os estudantes da via técnico-profissional tenham acesso aos institutos como se estas escolas superiores estivessem integradas no ensino politécnico. Tudo isto (a portaria que altera o regime de acesso aos institutos e o não cumprimento da lei que determinou a sua criação) é ilegal».

A assembleia geral de professores manifestou, com quatro votos contra, a sua solidariedade com a posição assumida pelos estudantes. «Para quebrar a nossa unidade — diz Elísio Pinto — o Ministério da Educação e Cultura ofereceu aos professores o subsídio de dedicação exclusiva — reivindicado há já doze anos — e uma carreira de docente do ensino politécnico. Por intermédio do presidente do conselho directivo do instituto, os professores rejeitaram o presente envenenado do ministro.»

A Associação de Estudantes acusa a Ordem dos Engenheiros de «estar a provocar esta situação». A Associação dos Engenheiros Técnicos escreveu uma carta à Ordem a sugerir uma reunião para analisar os problemas suscitados pela alteração das condições de acesso (iguais às exigidas para o ingresso nas escolas superiores, nomeadamente nas faculdades de Engenharia) aos institutos. «A resposta da Ordem dos Engenheiros foi a seguinte: cortamos relações com a associação.»

A propósito da referida portaria, o Ministério da Educação e Cultura divulgou uma nota, na qual se pode ler: «Quando foi criado o 12.º ano, constituiu, desde logo, preocupação do legislador proporcionar aos alunos oriundos da via profissionalizante o ingresso no ensino superior.» Por não querer «protelar a realização dessa aspiração dos candidatos titulares do 12.º ano de escolaridade da via profissionalizante», o ministério «alargou, este ano e numa primeira fase, a entrada daqueles estudantes nos institutos superiores de engenharia, como, no ano passado, tinha feito em relação aos institutos superiores de contabilidade e administração». Acrescenta a nota que se guardou, «para a portaria de alterações, a ampliação da área de recrutamento, para certas licenciaturas, aos candidatos da via profissionalizante e técnico-profissional». Nestas condições, «não há qualquer marginalização dos institutos de engenharia. As universidades também vão receber alunos com aquele tipo de habilitações».

Foto de FERNANDO FERREIRA

Elísio Pinto: a defesa da qualidade do ensino ministrado nos institutos superiores de engenharia

Consequências ao nível dos países da CEE

A alteração das condições de acesso aos institutos poderá ter consquências ao nível dos países da Comunidade Económica Europeia. Mais precisamente, e segundo Elísio Pinto, a Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenharia «reconhecer-nos-á como técnicos superiores se não houver diferença entre as condições de ingresso nos institutos e as condições de ingresso nas faculdades de Engenharia. De contrário, seremos reconhecidos como operários especializados».

Os estudantes europeus com doze anos de escolaridade obrigatória mais três, quatro ou cinco anos de ensino superior de engenharia são integrados no grupo AA (técnicos superiores). A adesão integral à CEE, com livre circulação de pessoas e bens, permitirá que esses profissionais de engenharia venham a Portugal trabalhar. Porém, os engenheiros técnicos portugueses não poderão exercer a sua profissão nos outros países da CEE, devido à diferença das condições de acesso às escolas superiores de engenharia». Quanto muito, serão reconhecidos — e poderão trabalhar — como operários especializados.

Exames

Devido à greve — desencadeada no dia 5 do mês passado — não vão realizar-se os exames correspondentes ao segundo semestre, «Nós arriscamo-nos a perder o semestre,— diz Elísio Pinto — mas não nos arriscamos a perder o futuro a que, por lei, temos direito.» Os exames deveriam realizar-se na segunda quinzena deste mês.

Os estudantes consideram que a alteração do regime de acesso e a passagem para o politécnico não deixariam de provocar a degradação do ensino (modelo anglo-saxónico) ministrado nos institutos.

Para obrigar o Ministério da Educação a mudar de posição, está prevista a organização de concentrações (cem estudantes em cada uma) em frente daquele departamento governamental, da presidência do Conselho de Ministros, no Rossio e na RTP (acusada de não dar nenhuma notícia da greve). As concentrações deverão começar ainda esta semana. «Se até ao fim desta semana não houver evolução, partiremos para acções de luta mais gravosas.» Os estudantes do instituto admitem desencadear acções de rua com estudantes de outras escolas superiores.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Conflitos - estudantes
Inst. engª Lisboa

Dia 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ